

Executiva

O novo secretário-geral do PT, Joaquim Soriano, e o deputado federal e membro da CEN José Genoíno comentam a recomposição da Comissão Executiva Nacional

Secretarias

A Snai está visitando as prefeituras petistas, com o objetivo de conhecer as cidades que administramos e promover a cooperação entre os prefeitos

Mobilização

O senador José Eduardo Dutra expõe os motivos pelos quais os brasileiros têm de impedir a venda da Vale do Rio Doce e o que a militância pode fazer

pt notícias
Semana 10 do Diretório Nacional



Nº. 39 - ano 1 - 24 a 30 de março de 1997

País volta a se mobilizar

A sociedade brasileira está mobilizada e não pretende engolir tão a seco, como o Governo Fernando Henrique Cardoso pensa, as medidas neoliberais que está implantando no País. Prova disso são as três manifestações que aconteceram no final da primeira quinzena de março em São Bernardo do Campo (SP); em Itabira (MG); e no Pontal do Paranapanema (SP).

Para o presidente nacional do PT, José Dirceu, "as manifestações mostram que a militância dos partidos de oposição e das entidades democráticas quer ir às ruas mostrar sua indignação, quer dar um basta a essa política de Fernando Henrique Cardoso".

No dia 14, os metalúrgicos do ABC cobraram do presidente FHC, que visitava a Ford, em São Bernardo do Campo, providências contra o desemprego, empenho para que a reforma da Previdência

não tire direitos dos trabalhadores - como o do descanso após vários anos de labuta - e sua adesão a abaixo-assinado da CUT para projeto de iniciativa popular propondo a redução da jornada de trabalho (o que ele recusou).

No mesmo dia, em Itabira (MG), mais de 10 mil pessoas protestaram contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Incluída no Programa Nacional de Desestatização do Governo Federal, a Vale, que nasceu naquela cidade, é uma estatal lucrativa, líder na América Latina na produção de minério de ferro e de ouro e ocupa posição estratégica na economia nacional, por lidar com a exploração das riquezas de nosso subsolo, cobichadas pelos estrangeiros desde o descobrimento do Brasil.

No sábado, 15, mais de cinco mil pessoas saíram em caravana dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul em direção ao Pontal do Paranapanema, inte-

rior de São Paulo, para um ato de solidariedade aos trabalhadores rurais sem-terra acampados na região. Os participantes, reunidos em aproximadamente 72 ônibus, mais diversos veículos de passeio, se encontraram no domingo, 16, em Teodoro Sampaio, e seguiram em comboio a Sandovalina. Visitaram o acampamento Taquaruçu e acompanharam ato em frente à fazenda São Domingos.

Após a manifestação em Sandovalina, foi inaugurada, em Teodoro Sampaio, réplica do monumento aos 19 sem-terra mortos em conflito com a Polícia em Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 96, e realizado ato pelo fim da violência no campo.



Mais de cinco mil pessoas compareceram ao ato em solidariedade aos sem-terra no Pontal do Paranapanema

Exemplo

Segundo José Dirceu, os três atos sinalizaram a "retomada da mobilização popular e de oposição a FHC". Para ele, os atos terão papel catalisador e demonstram que o PT tem condição de fazer grandes mobilizações nos dias 21, quando haverá ato nacional contra a venda da Vale em Ouro Preto

(MG), e 17 de abril, data da chegada da Marcha do MST em Brasília. "Esses atos têm que servir de exemplo para o PT, para que o Partido tome a iniciativa de realizar manifestações em todo o País", disse Dirceu.

Para o secretário-geral nacional do PT, Joaquim Soriano, as manifestações daquele final de sema-

na marcam o placar Povo 1, FHC 0 e demonstram: "A mobilização da sociedade é possível, sim". E isso foi só o começo. O Partido formou um Grupo de Trabalho de Mobilização (GTM), que terá a tarefa de organizar a inserção do PT nas campanhas e manifestações em defesa da Vale, da reforma agrária e por mais e melhores empregos.



Pontal: pela reforma agrária já!

oito lavradores feridos e, dias depois, a decretação da prisão de cinco líderes do MST no Pontal, por tentativa de invasão a propriedade. Um deles, Márcio Barreto, foi o único que a Polícia prendeu até agora.

Os outros, José Rainha Júnior, Laércio Barbosa, Claudemir Marques Cano e Felinto Procópio tiveram de passar a se esconder para evitar a prisão. Ao mesmo tempo, o filho do dono da fazenda, que havia sido preso com quatro capangas em função do ataque aos sem-terra, foi libertado dias depois.

Para prestar solidariedade aos acampados no Pontal, apoiar a luta pela reforma agrária e exigir maior agilidade do governo nos assentamentos, o Diretório Regional do PT de São Paulo organizou caravana à região, que contou também com a participação dos petistas do Paraná e do Mato Grosso do Sul, de militantes do PC do B, PSTU, do movimento estudantil e sindical, além de prefeitos e parlamentares de vários partidos.

Os atos no Pontal do Paranapanema (o coração do latifúndio, segundo José Dirceu), tiveram um sentido simbólico e histórico. Naquela região, a luta pela terra remonta ao ano de 1856, quando se tem notícias das primeiras atividades de grileiros. Em junho de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fez a primeira ocupação na área e de lá para cá os conflitos não pararam. O último foi em 23 de fevereiro deste ano, quando os sem-terra acampados em Taquaruçu foram recebidos à bala quando entravam na fazenda São Domingos, em Sandovalina, para colher o milho que haviam plantado em ocupações anteriores.

O resultado do ataque foram

Itabira: A Vale é do Brasil

A manifestação em Itabira (MG) contra a privatização da Vale do Rio Doce reuniu mais de 10 mil pessoas, segundo estimativa do Sindicato dos Trabalhadores

Ferrovários de Minas Gerais e Espírito Santo. O ato foi organizado pelo Movimento Nacional em Defesa da Vale e contou com o apoio da prefeitura local. Participaram também todos os prefeitos da região do Vale do Aço, o presidente nacional do PT, José Dirceu, o ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves, entre outros. O ato teve uma importância significativa porque foi em Itabira que nasceu a Vale. Em 1942, o Governo nacionalizou a companhia inglesa Itabira Iron, incorporando suas jazidas de minério de ferro e a estrada de ferro Vitória-Minas. Era a época da 2ª Guerra Mundial e os países aliados precisavam de matéria-prima para a indústria bélica, o que o Brasil tinha de sobra. Mas, no nascedouro, a Vale contava com

a mão pesada de dois diretores norte-americanos, que impediam seu crescimento pelo motivo simples de que não queriam permitir o desenvolvimento do Brasil. Era a política de eterna dependência econômica.

Em 1950, o Governo brasileiro conseguiu, finalmente, deter o controle definitivo da companhia, transformando-a num agente do desenvolvimento do País. O que Fernando Henrique Cardoso pretende, agora, com a privatização, é que a Vale retorne à condição de uma simples empresa submetida ao capital externo.

Mas a venda não está sendo conduzida tão à vontade assim. Desde que foi anunciada a inclusão da Vale no Programa Nacional de Desestatização, em todos os cantos do País têm-se formado movimentos em defesa da estatal. E o PT tem tido participações intensas nessa mobilização, através dos diretórios municipais, regionais, nacional, governadores, prefeitos e parlamentares.

ABC: por mais empregos

O presidente Fernando Henrique Cardoso esteve sexta-feira, 14 de março, em São Bernardo do Campo, onde foi inaugurado, na unidade da Ford no bairro do Taboão, a linha de montagem de um novo veículo da montadora. Os metalúrgicos da região não deixaram por menos e organizaram greve e passeata, que reuniu mais de 15 mil trabalhadores, para protestar contra a política econômica e social do Governo FHC.

Dentro da fábrica, aproximadamente 600 operários foram liberados do trabalho para assistir ao pronunciamento do presidente. FHC teve de enfrentar as vaias dos metalúrgicos ao responder, após o discurso do presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, que não existe nenhum projeto que estipule que os trabalhadores se aposentem somente aos 65 anos de idade.

Mas, na verdade, o projeto existe, sim. Tramita no Congresso Nacional desde fevereiro projeto do Governo que propõe elevar o limite de idade para a apo-



sentadoria em 65 anos aos homens e 60 para as mulheres.

O projeto, em negociação no Senado, fixa a idade inicial mínima de 55 anos para a aposentadoria de mulheres e 60 aos homens e, daí em diante, vai, a cada dois anos, aumentando em um a idade mínima, chegando, após 10 anos, ao limite que Vicentinho alertou ao presidente e ele, descaradamente, disse ser "mentira, desinformação".

O presidente também passou por um carão ao se recusar a assinar abaixo-assinado pedindo a redução da jornada de trabalho. O pedido foi feito por Vicentinho e se referia a projeto de iniciativa popular que a CUT quer apresentar ao Congresso, propondo a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

carta ao militante

Itabira, ABC e o Pontal



Três grandes mobilizações marcaram o mês de março e indicam para nós, petistas, o caminho para 97. Dia 14, sexta-feira, a cidade de Itabira, berço da Cia. Vale do Rio Doce, parou para protestar contra sua privatização e desnacionalização. O prefeito da cidade, o petista Jackson Tavares, e a Câmara Municipal mobilizaram a cidade e apoiaram o ato.

Nosso partido organizou caravanas das cidades do Vale do Aço, do Vale do Rio Doce. Lá estavam nossos prefeitos, vereadores, deputados e nossa militância. O PC do B e o PSB estavam presentes nas lideranças de Socorro Gomes e Célio de Castro. Aureliano Chaves, o bispo Mário Gurgel, Bautista Vidal e outras personalidades deram ao ato um caráter nacional.

Cerca de 10 mil brasileiros lotaram a praça principal de Itabira e gritaram: "A Vale não se vende. Reage Brasil!"

Neste mesmo dia 14, no ABC, berço histórico do PT e da CUT, os trabalhadores metalúrgicos, numa manifestação massiva e combativa, paralisaram suas fábricas, fizeram passeatas pela via Anchieta, que foi bloqueada, e vaiaram o presidente FHC. A mídia nacional, tão leal ao poder, não pôde esconder o fiasco

da visita e a revolta da peãozada contra o desemprego, o Proer, em defesa da Vale e da Reforma Agrária.

Domingo, dia 16, de todo o Estado de São Paulo, do Paraná e de Mato Grosso do Sul, centenas de caravanas chegaram a Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, para prestar solidariedade ao MST, denunciar a paralisação do governo FHC com as desapropriações para reforma agrária e com o desarmamento dos jagunços, exigir a liberdade de Márcio Barreto e a revogação da prisão preventiva de José Rainha e de seus companheiros. Mais de cinco mil jovens, trabalhadores, estudantes, operários, prefeitos, deputados e dirigentes do PT foram até o acampamento da fazenda São Domingos exigir Reforma Agrária Já. Colheram milho, assistiram a uma representação teatral sobre a história do Pontal.

Em Teodoro Sampaio, fomos recebidos pelo prefeito do PDT, Antônio Nunes, pela Câmara Municipal. Fizemos um ato público, inaugurou-se, na praça da Matriz, o monumento de Oscar Niemeyer dedicado às vítimas de Eldorado do Carajás e assistimos a um teatro-mímica sobre aquela massacre, representado por crianças do MST.

Estavam presentes nossa banca estadual de São Paulo, Zeca do PT (MS), Eduardo Suplicy, Arlindo Chinaglia, Luiz Eduardo Greenhalgh, João Paulo Cunha (presidente do DR-SP). Delegações do PSTU, PSB, PC do B, CUT, CMP, UNE, UBES, UJS e centenas de sindicatos e entidades. Os diretórios do PT da Capital e de todo o Estado enviaram delegados. Dezenas de

ônibus enchiam os trevos da estrada que liga Teodoro Sampaio a Prudente. Tremulavam as bandeiras do PT, da CUT, do MST.

Estes três atos, o nosso programa de TV e rádio do dia 6, junto com a formação do bloco da oposição no Senado (11 senadores do PDT, PSB, PPS e PT) e na Câmara (94 deputados do PSB, PDT, PC do B e PT) indicam para todos dirigentes e militantes do PT o caminho da retomada da mobilização popular de oposição a FHC.

Ainda em abril, Lula vai iniciar, com dirigentes, parlamentares, artistas e intelectuais, uma maratona de visitas a cidades e regiões, um circuito pelas universidades e sindicatos e diretórios do PT levantando a bandeira do emprego e da justiça social.

A hora é de ação e iniciativa em torno das bandeiras da reforma agrária, defesa da Vale e do emprego. Dia 17 de abril, em Brasília, vamos, nós do PT, encher a Esplanada dos Ministérios com delegações de todo o Brasil. Se éramos mais de cinco mil no Pontal, poderemos levar mais de 50 mil a Brasília dia 17. Dia 21 de abril, em Ouro Preto e em todo o Brasil, vamos lembrar a Inconfidência Mineira e dizer não à privatização da Vale.

Em nome do Diretório Nacional, conclamo a todos os dirigentes, parlamentares e, principalmente, a militância petista à mobilização. Vamos dar um basta a FHC, seu autoritarismo e exigir reforma agrária, uma política nacional de empregos e o fim das privatizações. Em defesa dessas bandeiras, vamos mobilizar o Brasil e construir uma oposição popular que viabilize uma alternativa ao neoliberalismo.

José Dirceu

ptnotícias entra em nova fase

A partir deste número, o pntnotícias inicia uma nova fase. Novo formato, mais notícias, espaço para debates, uma linha editorial mais readequada aos desafios para a nossa militância. Esta edição é especial. Tratamos aqui da campanha de mobilização que a direção nacional está colocando nas ruas. É a batalha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a presença marcante na luta dos sem-terra pela reforma agrária e pelo fim da violência no campo e a impunidade. Também se coloca imediatamente a busca de soluções contra o desemprego, que é cada vez mais crescente no País. E essa é outra das bandeiras empunhadas pelo PT e, para tanto, estamos articulados com a CUT, sindicatos, movimentos populares, MST e diversas outras entidades para discutir alternativas para a geração de mais e

melhores empregos e melhorar a distribuição de renda no Brasil.

Nas próximas edições, iremos aperfeiçoando o projeto editorial do pntnotícias. Para isso, a participação do leitor é imprescindível. Queremos ouvi-lo, conhecer sua opinião sobre o jornal do Diretório Nacional. É fundamental que o pntnotícias reflita o desejo de informação do militante petista e, ao mesmo tempo, dê subsídios para sua ação política e divulgue a posição do Partido junto à base, fortalecendo o nosso compromisso com a democracia interna. Vamos construir uma imprensa partidária forte, que seja uma alternativa à mídia tradicional, que vem cumprindo muito mais um papel desmobilizador que sua função social de informar corretamente os fatos, contrariem ou não os interesses de seus proprietários.

Para esse fim, é necessário a contrapartida do militante. Vamos iniciar uma grande campanha de assinaturas do pntnotícias. Isso trará, além da independência financeira para a cobertura de seus custos, um vínculo cada vez maior com seu público leitor, porque o assinante, como leitor assíduo, participa mais do trabalho do Partido e cobra mais de seu jornal. Os atuais assinantes podem se tornar promotores informais de assinaturas, incentivando seus amigos a também se tornar um.

Contamos com a colaboração de todos, tanto para a coleta de assinatura, quanto na avaliação permanente de nosso jornal. O espaço continua aberto e toda contribuição será bem-vinda.

Vera Gomes, secretária nacional de Comunicação

artigo

A democratização dos meios de comunicação

Neste final de século, a grande imprensa tem destacado o surgimento de novas tecnologias e a expansão de poderosos blocos de comunicação. Na verdade, está falando da economia, está falando de poder. À medida que surgem tecnologias de informação e se tornam mais abrangentes os sistemas de comunicação, maior é o poder que se adquire, mais complexo é o sistema, mais distante fica a sociedade do processo de produção da informação. As redes formadas, propriedades das grandes elites nacionais em parceria com as internacionais, não têm nenhum compromisso social ou político com a sociedade brasileira. E a sociedade, de acordo com os ditames da globalização de mercados, tem o papel único de consumidora.

É sob este contexto que o movimento pela radiodifusão comunitária se apresenta como o último gran-

de movimento de democratização da comunicação deste século. Só uma rádio ou TV comunitária para permitir à sociedade que elabora e mantém uma emissora; definindo seus programas, suas músicas, debates, entrevistas, o jornalismo que vai ao ar. Nenhum outro meio é tão democrático quanto este.

Neste momento, o Congresso discute a regulamentação das rádios e televisões comunitárias. O Projeto de Lei das rádios (1.541/96) se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, depois de passar pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. No início deste ano, demos entrada num PL sobre TVs comunitárias (que não pode ser confundido com a questão das televisões comunitárias a cabo, que já é motivo de lei aprovada nesta Casa, em 1995).

Estima-se que existam hoje no Brasil mais de três mil rádios comu-

nitárias e duas dezenas de TVs comunitárias. Para ficar no ar, estas emissoras estão encaranando uma das brigas mais ferrenhas dentro do cenário político e econômico nacional. Elas brigam pelo direito de produzir e ter acesso à informação. Muitos companheiros sustentam uma luta em que o seu adversário é um dos homens mais poderosos deste País; uma pessoa que manda mais que cinco generais, quatro almirantes e dois brigadeiros, o todo-poderoso dono da Rede Globo de Televisão, Roberto Marinho. E, atenção, ele é apenas um dos adversários nesta briga - os donos da comunicação no País são rigorosamente contra as emissoras comunitárias. E, naturalmente, têm como parceiro o Governo entreguista brasileiro.

Se muito avançamos no Congresso, nas cidade e nos campos, foi devido ao esforço de companheiros que, ao lado da Associação Brasilei-

PT garante unidade interna

O PT conseguiu restabelecer o clima de unidade interna, com a incorporação, na Comissão Executiva Nacional (CEN), dos oito integrantes da chapa Socialismo e Democracia, que disputou o 10º Encontro Nacional. Na última reunião do Diretório Nacional, em 22 e 23 de fevereiro, foi aprovada a nova composição da CEN, com nenhum voto contrário e apenas três abstenções. Com isso, o Partido ganha em democracia interna e se fortalece para os desafios que se impôs para este ano: enfrentar o neoliberalismo e fazer oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Essa é a avaliação comum dos membros do Diretório Nacional, expressa nas opiniões do novo secretário-geral nacional, Joaquim Soriano, e do deputado federal e membro da Executiva José Genoíno.

"Resgatar a identidade petista"



O novo secretário-geral nacional do PT, Joaquim Soriano, considera que a recomposição da Comissão Executiva Nacional, concluída na última reunião do Diretório Nacional, em 22 e 23 de fevereiro, trouxe mais unidade ao Partido, necessária para enfrentar o projeto neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. "O PT esteve fragilizado no passado, viveu um processo de diferenciação muito grande. Apesar de, hoje, haver maior convergência quanto à oposição a FHC, a diferenciação interna vivida foi maior", analisa.

Soriano exemplifica sua análise comentando as eleições municipais do ano passado. "Houve alianças

com a direita tradicional e com setores do PSDB e do PMDB governista, contrariando a política de alianças tirada no 10º Encontro Nacional. Outro exemplo foi a campanha do Sim em São Paulo. E, um caso mais grave, são as políticas do Governo Vítor Buai, no Espírito Santo, que contrariam o programa partidário, como demonstrado pela oposição de todas as nossas bancadas estaduais às mesmas políticas que o Governo Federal impõe aos Estados", avalia o secretário-geral.

Para Soriano, a falta de unidade interna no Partido se refletiu na desestruturação das instâncias de base. "É necessário buscar uma visão comum, resgatar a identidade petista e unidade política, programática, que haja uma compreensão comum sobre a situação política, econômica e social e da intervenção do Partido nesta realidade."

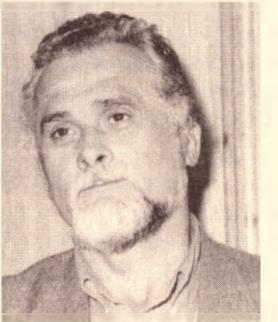
Essa avaliação do Partido e da correção de rumo frente a seu papel de oposição ao Governo Federal levou os integrantes da chapa Socialismo e Democracia a reivindicar sua participação na Executiva Nacional. "Queríamos sinalizar a vontade de

compartilhar das tarefas de direção e reivindicamos a Secretaria Geral pela tradição, no PT, de valorizar sua função política", justificou Soriano.

Unido o Partido, as tarefas a que se entrega agora é popularizar a oposição ao Governo FHC e ao neoliberalismo. "Derrotar o neoliberalismo significa a construção de uma aliança sólida com as esquerdas e o campo democrático e popular. Isso porque, hoje, há uma tendência à bipolarização das forças políticas: de um lado, a elite burguesa; e, de outro, a alternativa popular. O centro sumiu", considera Soriano.

Nesse ponto, o secretário aponta a importância de todas as forças internas do PT estarem representadas na direção. "Não podemos aceitar retrocessos; temos que ter um partido plural, em que as diferentes posições tenham sua representação. Foi ruim para o Partido ter passado um ano e meio, em plena época de eleições, com sua Executiva não composta proporcionalmente. As eleições de 96 impõem essa reflexão. A multidão de assalariados, os setores populares depositam sua esperança no PT", conclui Soriano.

"Avançar a luta democrática"



O deputado federal José Genoíno (PT-SP) vê a recomposição da Executiva Nacional como uma medida acertada por dois motivos, um interno e outro externo. E explica: "Do ponto de vista interno, o Partido vive uma crise organizativa. Certamente, esta crise está relacionada com a falta de definições mais gerais, fator que dificulta a atividade pública, tanto política como social do PT. Tudo indica que temos uma estrutura organizativa ultrapassada, e padecemos a inexistência de um estatuto normativo capaz de definir a nossa comunhão de valores, os nossos deveres morais e os nossos víncu-

los éticos. O esgarçamento das relações internas, a falta de uma fraternidade mínima são problemas que têm raízes na falta dessa organicidade necessária."

Para o deputado, a recomposição cria um clima favorável para a realização dos Encontros partidários num patamar menos fraticida. "Divergências existem, e é salutar e democrático que existam. Só um partido que convive com suas dissensões internas de forma democrática e civilizada é capaz de dar respostas positivas aos desafios que enfrenta na sociedade. O que importa é que o PT marche para os seus Encontros com as pessoas e as correntes explicitando as suas idéias, os seus projetos e as suas concepções. Se a disputa ocorrer com base em parâmetros democráticos e com o devido respeito entre todos, quem ganhará com isso será o coletivo partidário e a própria sociedade. Os setores sociais que têm no PT uma referência de mudança e esperança esperam isso de nós todos", continua.

"Do ponto de vista externo", prossegue Genoíno, "a recomposição é importante porque ela solda mais a unidade para enfrentar o go-

verno conservador de FHC e para construir um projeto alternativo para 98. O uso de práticas autoritárias pelo governo exige uma maior unidade de todos os setores de esquerda e dos próprios movimentos sociais. Somente assim os setores progressistas serão capazes de definir objetivos mais claros e desencadear mobilizações mais conseqüentes."

O deputado considera esse processo necessário para fazer avançar a luta social e democrática, retomar a trajetória de conquistas populares e estabelecer condições mais favoráveis no enfrentamento do projeto conservador nas eleições gerais de 1998.

"Em suma, o desafio maior do PT consiste em resgatar a credibilidade da esquerda junto à opinião pública e aos trabalhadores. A modernização e à globalização excludentes que estão em curso devemos opor uma alternativa que tenha como centro a justiça social, a dignidade humana. Por ter se constituído também em referência internacional para a esquerda, o PT tem a responsabilidade tanto maior em não decepcionar aqueles que depositam suas expectativas nele", finaliza Genoíno.

Expediente

pt notícias

pt notícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Presidente Nacional do PT:** José Dirceu/ **Secretária Nacional de Comunicação:** Vera Gomes/ **Projeto Gráfico:** Fábio Cotrim Meirelles/ **Editoração eletrônica:** Sandra Luiz Alves / **Jornalista responsável/Edição:** Carlos Mercuri (Mtb 19.645)/**Redação:** Carlos Mercuri, Mariângela Graciano, Myrian Luiz Alves/ **Administração:** Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves / **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, tel.: (011)224-1900 (PABX), fax (011)222-9665/**Tiragem:** 45 mil/ **Impressão:** Bangraf.

Snai promove cooperação entre prefeitos



A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais (Snai) vem realizando, desde o início do ano, uma série de visitas às prefeituras administradas pelo PT e às em que o Partido participa do governo, seja com a vice-prefeitura ou no secretariado. O objetivo dos contatos, segundo Vicente Trevas, que responde desde o dia 23 de fevereiro pela secretaria, é aprofundar o conhecimento do Partido sobre as cidades que o PT está governando e promover articulação entre os prefeitos. "Nossa finalidade é, além de acompanhar mais de perto nossas administrações, promover o intercâmbio de informações entre elas, socializar experiências e estimular a cooperação entre os prefeitos e secretários municipais", explicou Trevas.

Para o secretário, a importância desse trabalho reside na constatação de que os atuais prefeitos assumiram a administração de suas cidades com o duplo desafio de superar as dificuldades financeiras - agravadas com a política do Governo Federal de voltar a centralizar a arrecadação de tributos e, ao mesmo tempo, distribuir mais tarefas aos municípios, com a municipalização da Saúde e da Educação - e agir como promotor de desenvolvimento re-

gional, responsabilizando-se pela geração de emprego e renda.

Segundo Trevas, esse é o perfil da nova geração de prefeitos do PT. "As primeiras gerações de prefeitos petistas tiveram a tarefa de implementar os canais de participação popular na gestão, de atuar mais profundamente na resolução das questões sociais, invertendo as prioridades da administração. A esse acúmulo de experiências, que consolidam o modo petista de governar, os atuais prefeitos têm de agregar a nova vocação econômica das cidades", explicou o secretário.

Isso significa que os prefeitos petistas precisam estar articulados para enfrentar a crise dos municípios e encontrar saídas para as novas dificuldades. Segundo o que foi constatado na formação do Fórum Nacional de Prefeitos do PT, durante o seminário O Modo Petista de Governar, realizado em dezembro de 96 em Brasília, com a participação de vários então eleitos prefeitos e vice-prefeitos do Partido, uma das saídas é a integração regional, ou seja, os prefeitos de municípios vizinhos atuarem em sintonia na resolução de problemas comuns.

É o que vem sendo feito na região do ABC paulista. Lá, os prefeitos dos sete municípios que constituem a região (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) - três dos quais do PT (Celso Daniel, Oswaldo Dias e Maria Inês Soares) - discutem as políticas que podem ser adotadas em

conjunto nas reuniões do Consórcio Intermunicipal do ABC, criado na primeira administração de Celso Daniel, que foi escolhido para presidir o colegiado.

Seminários

Os prefeitos do PT também têm realizado seminários estaduais, nos quais são discutidas questões como governabilidade, finanças públicas, orçamento participativo e a municipalização da Educação, entre outros. Já houve encontros, reunindo prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e entidades dedicadas à discussão de políticas públicas, no Amazonas, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, todos acompanhados por representantes da Snai.

Segundo Vicente Trevas, nesses encontros tem-se ressaltado a necessidade de uma articulação entre os prefeitos visando pressionar o Governo Federal para fazer uma reforma tributária, que não permita a centralização de recursos na União. Um primeiro passo para isso foi a reu-

nião da comissão de prefeitos do PT, realizada no dia 23 de fevereiro, durante encontro do Diretório Nacional, que coordena a formação do Fórum Nacional de Prefeitos do PT.

Nessa reunião, na qual participaram os prefeitos de Porto Alegre (RS), Raul Pont; Belém (PA), Edmilson Rodrigues; Santos André (SP), Celso Daniel; e de Porto Murinho (MS), Myrian Silvestre, além do presidente nacional do Partido, José Dirceu, e do líder da bancada do PT no Senado, José Eduardo Dutra, a comissão ficou encarregada de coordenar rede de troca de informações entre as diversas prefeituras e estreitar relações entre as administrações e as bancadas federais, com o objetivo de auxiliar os prefeitos no acompanhamento de temas de interesse específico para sua cidade. Fazem parte também da comissão os prefeitos de Icapuí (CE), Dedé Teixeira, e de Ipatinga (MG), Chico Ferramenta.

Snai: (011) 223-3944

Experiência acumulada vai compor banco de dados

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais está montando uma rede de informações sobre experiências administrativas e legislativas do PT. A intenção, segundo Vicente Trevas, é resgatar todo o acúmulo de experiências de prefeitos e parlamentares do Partido desde 1989 e montar um banco de dados, que, futuramente, possa ser acessado via Internet. A Snai sugere que os atuais prefeitos e parlamentares, desde o primeiro ano de governo, registrem os projetos governamentais implementados, para que possam ser difundidos através da Rede Snai.

Secretaria estuda alternativa econômica

Na última reunião do Diretório Nacional, em 22 e 23 de fevereiro, foi oficializada a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na Comissão Executiva Nacional. Para ocupá-la, foi designado o economista e ex-deputado federal Aloizio Mercadante. O novo secretário já arregaçou as mangas e parte para o trabalho de, até o 11º Encontro Nacional do PT, estruturar a secretaria e fazê-la funcionar plenamente. Mercadante adiantou alguns dos objetivos da nova secretaria e seu plano de trabalho.

O secretário pretende montar um banco de dados sobre conjuntura econômica do País, que possa estar à disposição de qualquer militante e dirigente interessado em obter informações so-

bre a conjuntura econômica e social do Brasil. O banco de dados terá informações atuais sobre PIB (Produto Interno Bruto), desemprego, energia e outros indicadores econômicos e sociais.

De acordo com Mercadante, a secretaria terá a incumbência de dar subsídios para o debate no PT sobre assuntos como reforma do Estado, reforma tributária, política econômica e contribuir para que o Partido construa um projeto al-



temativo de desenvolvimento econômico ao País. "Pretendemos também que uma secretaria como esta seja criada em todos os diretórios regionais e municipais, para que se monte uma rede ampla de pesquisa, de debate sobre o desenvolvimento econômico", adiantou o secretário.

De imediato, a nova secretaria está concentrada na campanha contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e acom-

panha a discussão sobre a abertura do setor petrolífero. Segundo Mercadante, a secretaria tem levantado dados sobre a Vale e analisado o edital de privatização da empresa, subsidiando as bancadas do Partido no Senado e na Câmara dos Deputados e os diversos movimentos em defesa da Vale espalhados pelo País.

O mesmo trabalho tem sido desenvolvido com relação à Petrobrás. "Está em curso um processo de desmonte da empresa. A abertura do setor petrolífero vai transferir o acervo geológico da Petrobrás, abrindo espaço para a iniciativa privada e desarticulando todo o sistema Petrobrás. Isso é incompatível com os interesses do País", alertou Mercadante.

Setorial de Transportes reúne vereadores

O Setorial Nacional de Transportes do PT promove Encontro Nacional de Vereadores, quando serão discutidos assuntos como tarifa e modelo de remuneração, transporte alternativo e clandestino, municipalização do trânsito, concessões e permissões no transporte. Segundo Marcos Bicalho, do coletivo do Setorial e um dos organizadores do evento, a proposta do seminário vem de duas constatações básicas. "Primeiro, do papel essencial que os vereadores desempenham na organização partidária e na disputa pela hegemonia dos projetos de políticas públicas, entre elas as de

transporte. Segundo, pela importância da troca de informações e do fornecimento de subsídios para a atuação parlamentar, a partir das experiências acumuladas nas diversas frentes em que o PT está atuando", explica. O público-alvo do seminário são os vereadores e suas assessorias, mas será aberta a inscrição também para outros companheiros com atuação fora do Legislativo. O encontro será na Câmara Municipal de São José dos Campos (SP). Informações e inscrições (que custam R\$ 30,00) no gabinete do vereador Carlinhos, tel. (012) 323-4887, com Patrícia ou Passarinho.

Juventude petista realiza encontro

O 45º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que será realizado entre os dias 29 de maio e 1º de junho, em Belo Horizonte (MG), terá a presença marcante de universitários do PT.

Para isso, a Secretaria Nacional da Juventude do Partido vem se mobilizando para a união dos estudantes petistas e fará, de 28 a 30 de março, Encontro Nacional de Universitários do PT (ENEPT). O evento será em Campinas e pretende reunir aproximadamente 250 delegados de núcleos e diretórios municipais de todo o Brasil.

No encontro, os organi-

zadores prevêem a produção de uma tese única a ser apresentada no congresso. A unidade dos estudantes petistas, segundo os coordenadores do ENEPT, além de marcar a presença dos filiados no congresso e fortalecer a disputa para a direção da UNE, contribuirá para o estabelecimento do projeto do PT para a juventude.

O ENEPT discutirá, além das políticas dos universitários petistas para o Congresso da UNE, a conjuntura, incluindo temas como a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o programa de desestatização do Governo Federal e reforma agrária; universidade e sociedade.

FMLN tem vitória eleitoral expressiva

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), segunda maior força política em El Salvador, conquistou nas urnas a prefeitura da capital do país, San Salvador, e de outras mais de 50 cidades, nas eleições do dia 16 de março. O novo prefeito da capital salvadorenha é o médico Héctor Silva, que obteve 48,8% dos votos numa coligação da FMLN com a Convergência Democrática e o Movimento de Unidade. No pleito, também foram escolhidos os deputados da Assembléia Legislativa (equivalente à Câmara Federal brasileira). Até o fechamento desta edição, a expectativa era de que a FMLN dobraria sua atual bancada, de 14 deputados, num colegiado de 82 cadeiras.

Segundo o deputado federal José Machado, líder da bancada do PT na Câmara, que acompanhou as eleições salvadorenhas como observador da Coppal (Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e Caribe), foi uma vitória da democracia. "Nunca a oposição em El Salvador obteve tanto poder", avaliou. Para Machado, o resultado refletirá positivamente para as es-

querdas da América Latina. "Essa vitória vai repercutir principalmente na Guatemala, que está num processo de criar condições

para a disputa eleitoral", analisou. O deputado, que atuou como observador das eleições representando o PT e o Foro de São Paulo, disse que as eleições ocorreram sem problemas. "Aparentemente, não houve nenhuma irregularidade", afirmou.

Modo petista

A preocupação do povo salvadorenho em convidar observadores internacionais para acompanhar as eleições procedia. Em fevereiro, a convite do Ispade (Instituto Salvadorenho para a Democracia), o ex-prefeito de Angra dos Reis (RJ), Luís Sérgio Nóbrega de Oliveira, esteve em El Salvador, para relatar a experiência acumulada pelo PT a partir de duas gestões à frente de uma prefeitura. (Nóbrega foi vice-prefeito entre 89 e 92; prefeito de 93 a 96 e fez seu sucessor, José Marcos Castilho)

Nóbrega comentou, ao retornar ao Brasil, que observara, diante da franca vantagem da oposição nas pesquisas, a intensificação dos ataques por parte da direita. "Para mim, era rever um filme já visto quando, em 1989, tínhamos reais chances de vitória com Lula. Eram acusações do tipo: se você compra dois pães, vai ter que comprar só um; se tem duas casas, vai perder uma", relatou.

MST recebe prêmio de fundação belga



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi o escolhido, este ano, pela Fundação Rei Balduino, da Bélgica, para receber o Prêmio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento 1996. O prêmio foi atribuído ao movimento, segundo informe da fundação, "pelo papel essencial que esta associação desempenhou na execução da reforma agrária". O prêmio foi entregue no dia 19 de março, em Bruxelas, quando os representantes do MST Egídio Brunetto e Nina, junto com o bispo de

Chapecó (SC), dom José Gomes, foram recebidos no palácio do rei Alberto II.

A divulgação da concessão do prêmio ao MST levou o Governo Federal a tomar medidas retaliativas contra o governo belga. Além de negar visto para um jornalista de uma televisão daquele país, que vinha fazer uma reportagem com o MST, o Governo também suspendeu a visita que o príncipe Felipe faria ao Brasil, integrando uma missão econômica com empresários interessados em investir no País.

PT ligado na Internet



Com o objetivo de agilizar a troca de informações com as secretarias nacionais do PT, o Diretório Nacional está divulgado as novas "caixas postais" que podem ser acessadas via Internet. Além do endereço geral do PT (ptbrasil@ax.apc.org), já dispõem de e-mail próprio as seguintes secretarias nacionais do Partido:

Relações Internacionais - sript@nutecnet.com.br
Sindical e Agrária - ptsansn@nutecnet.com.br
Organização - ptsorg@nutecnet.com.br
Comunicação - comunic@pt.org.br
Setor de Informática - ptnac@nutecnet.com.br

Programas estaduais de TV e rádio

Nas últimas três edições, o *ptnotícias* divulgou errado o calendário dos programas estaduais em rede de rádio e televisão do Partido dos Trabalhadores do primeiro semestre. O cronograma correto é publicado nesta edição, lembrando que o horário de exibi-

ção dos programas é das 20h às 20h20 no rádio e das 20h30 às 20h50 na TV:

AM: 24 de março; AL e MG: 28 de abril; ES, GO, MT, PR, SC e TO: 26 de maio; AC, AP, BA, CE, DF, MA, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SE e SP: 21 de abril.

mobilização

Brasil perde com a venda da Vale



A venda da Companhia Vale do Rio Doce trará prejuízos imensos para o País. A opinião é do líder do bloco da oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE). Geólogo e funcionário da estatal, Dutra vem batalhando, desde o anúncio da privatização da empresa, com parlamentares do PT e de outros partidos democráticos, no âmbito do Congresso, para barrar esse verdadeiro crime de lesa-pátria

que representa a entrega das riquezas de nosso subsolo ao capital internacional. Nesta entrevista ao *ptnotícias*, Dutra expõe os motivos pelos quais a sociedade brasileira deve se empenhar para evitar a venda da Vale do Rio Doce.

ptnotícias: Por que o PT é contrário à privatização da Vale?

José Eduardo Dutra: A Vale é uma empresa de porte multinacional, que está enfrentando com competência o acirrado mercado globalizado, pois seus produtos e serviços têm a marca da qualidade e do melhor preço. Trata-se de uma das poucas empresas brasileiras que têm o passaporte carimbado para a Terceira Revolução Industrial, porque, além da eficiência econômica e elevada produtividade, é uma empresa que pratica a responsabilidade social. Onde o Estado não chega, lá está a Vale criando infra-estrutura. Temos a perder duplamente com sua venda: *know-how* para competir no mercado global e para resolver problemas sistêmicos da nossa socieda-

de. Não só precisamos e merecemos ter uma Vale, como centenas de outras empresas assim.

ptnotícias: A venda da Vale trará prejuízos à Nação?

Dutra: A proposta do Governo FHC só nos permite contabilizar perdas para a Nação. O patrimônio da Vale está sendo utilizado para administrar uma política econômica suicida, baseada na sustentação de um câmbio supervalorizado e na taxa de juros estratosférica. A equipe econômica do Governo, de maneira despuddorada, admite que pretende utilizar parte dos recursos da privatização da Vale para abater os juros da dívida interna. A outra parte, seria destinada para compor um fundo de investimentos em infra-estrutura que dependeria da votação do Orçamento Geral da União. Além disso, a Vale desempenha um papel de agência de desenvolvimento social. É óbvio que a Vale, sob gestão privada, eliminará a política de destinar recursos para investir na área social. Os concorrentes e os grandes consumidores internacionais serão os únicos

beneficiários da privatização da Vale. Os riscos de monopolização e cartelização do setor mineral são muito grandes, tendo em vista que as empresas australianas e japonesas, principais concorrentes da Vale, são as mais credenciadas para comprar e assumir o controle acionário da Vale.

ptnotícias: Que respostas o PT tem para os argumentos do Governo Federal para vender a Vale?

Dutra: O Governo FHC baseia-se em três argumentos básicos para justificar a venda da Vale: a sua concepção do Estado mínimo, que circunscreve a atuação do Estado às áreas sociais; a orientação de sua política econômica, que prevê a canalização dos recursos patrimoniais das estatais para reduzir a crescente dívida pública; e que a Vale, nas mãos da iniciativa privada, será mais produtiva e lucrativa, podendo gerar mais receitas tributárias para o Estado brasileiro. Considero o comportamento do Governo FHC parecido com aquela história do cidadão que vende a sua casa para pagar a conta do boteco. É uma política irresponsável que ignora a

excelência do padrão tecnológico da empresa, pulveriza o patrimônio da Vale e de outras empresas rentáveis, cria monopólios privados e não salva o País da armadilha da política econômica pós-Real.

ptnotícias: Como o militante pode participar da mobilização contra a privatização?

Dutra: Sou da opinião que só a mobilização popular pode barrar a privatização da Vale do Rio Doce. A amplitude e a pluralidade do movimento contra a sua venda está conseguindo pautar a mídia e conscientizar uma parcela ainda pequena da população. O Governo conseguiu derrotar várias iniciativas que propusemos no âmbito do Poder Legislativo. No cenário institucional, as nossas expectativas voltam-se para o Judiciário, que terá que se pronunciar sobre as várias ações populares que vem recebendo. Por isso, o papel do militante deve se pautar pela linha de mostrar para a sociedade a importância estratégica do patrimônio da Vale, através de dados e números de reservas minerais do País, e chamar a atenção sobre a eficiência,

competitividade e lucratividade da empresa. Este trabalho já vem sendo feito pelas entidades como a OAB, ABI, CNBB e outras, mas ainda não conseguiu aglutinar o apoio e a indignação do cidadão contra a privatização da Vale.

ptnotícias: Quais conseqüências a venda da Vale trará para o nível de emprego no País?

Dutra: O empresário que comprar a Vale certamente aplicará o receituário de gestão que adota um modelo tecnológico e prioriza a eficiência empresarial à revelia da questão social. As experiências da gestão privada nos setores siderúrgico e elétrico resultam no sacrifício de milhares de postos de trabalho, em nome do enxugamento de pessoal, da contenção de despesas e racionalização administrativa. Apesar de as gorduras da Vale estarem localizadas justamente junto aos quadros de direção da empresa, alocada por critérios absolutamente políticos e partidários, acredito que um eventual controle privado da Vale deverá seguir a mesma linha adotada nas outras estatais que foram privatizadas.

CPI expõe enxurrada de corrupção

A CPI dos Títulos Públicos, formada há três meses no Senado, está expondo uma verdadeira enxurrada de corrupção e desvio de dinheiro público, que tem seu coração dentro da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo. As denúncias apresentadas até o momento são muito graves e apontam para a urgente necessidade de se averiguar a fundo o sistema financeiro do País como um todo. Essa proposta já havia sido levantada pelo PT quando do escândalo da quebra dos bancos Econômico e Nacional, que veio a público somente depois que o Banco Central e o Governo Federal não puderam mais segurar o rojão dos banqueiros. Agora, não há mais por que adiar essa investigação. Para o leitor ter maior clareza do que vem sendo apurado nessa CPI, entrevistamos um de seus membros, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que recebeu a reportagem do *ptnotícias* enquanto participava do ato em solidariedade aos sem-terra no Pontal do Paranapanema, no dia 16 de março.

ptnotícias: Senador, o que a CPI dos Títulos Públicos apurou até o momento?

Eduardo Suplicy: A Constitui-

ção da República, promulgada em 1988, em suas Disposições Transitórias, permitiu, em seu artigo 33, que Estados e municípios emitissem títulos de dívida pública para o pagamento de sentenças judiciais transadas, ou seja, pagamento de precatórios judiciais sobre decisões ocorridas até dezembro de 1988, em oito parcelas. Houve diversos governos que se utilizaram dessa possibilidade para emitir títulos, isto é, vender títulos no mercado em geral, prometendo um pagamento de juros e do principal ao longo de diversos anos e, portanto, usando uma forma de endividamento que possibilita arrecadação de recursos, a taxas relativamente mais baixas do que de outra forma conseguiriam, por exemplo, com empréstimos junto a bancos e, entretanto, utilizaram-se disso para outras finalidades, como pagamento de obras, e não o pagamento de precatórios judiciais. E onde isso mais se fez inicialmente foi no governo municipal de São Paulo, durante a gestão de Paulo Maluf. Porque ele, notadamente, planejou este procedimento. Já em 1993, quando havia o equivalente a R\$ 300 milhões autorizados para sua emissão para pagamento de precatórios, ele utilizou-se desse artifício, como se fosse um excesso de arrecadação de receita, para pagamento de

obras. Isso, inclusive, está na lei municipal que ele enviou para a Câmara Municipal. E novamente em 1994, quando foi autorizada a emissão, pelo Senado e pelo Banco Central, de mais R\$ 600 milhões, outra vez esses recursos foram utilizados muito mais para o pagamento de obras do que de precatórios judiciais.

ptnotícias: Mas isso está documentado? Porque o prefeito Celso Pitta disse, em entrevistas à imprensa, que nenhum centavo foi destinado a outra coisa senão ao pagamento de precatórios judiciais. Tem como fundamentar essa denúncia?

Suplicy: O próprio ex-diretor da Dívida Pública, Wagner Batista Ramos, disse com clareza, perante a CPI, que os recursos foram utilizados para outras finalidades. Então, o prefeito Celso Pitta não está falando a verdade e, ademais, a documentação comprova que, dos R\$ 900 milhões arrecadados com a emissão de títulos, menos de R\$ 200 milhões foram utilizados para o pagamento de precatórios judiciais. Então, é preciso que ele enfrente a verdade e tenha coragem de ser transparente e dizer a verdade. Mas o outro problema é que, no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças, formou-se um grupo de funcionários, que eram os mais próximos,

eram amigos de Celso Pitta, que passaram a se relacionar com o Banco Votor, com a Distribuidora e Corretora Split, com a Negocial DTVM, com a Perfil Corretora, com a Contrato, empresa onde trabalhava o filho de Pedro Neiva Filho, que era o amigo de Celso Pitta, convidado para vir do Rio de Janeiro para trabalhar em São Paulo, e foi quem apresentou o Banco Votor para Wagner Batista Ramos, para tratarem de negócios. Então, eles constituíram um grupo que passou a utilizar essas negociações de títulos para enriquecerem-se extraordinariamente. E também para vender *know-how* para outros governos, como os de Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco, de Guarulhos, Osasco, Campinas, e, ainda procuraram Goiânia e outros, para tentar usar da mesma prática. E é isto que a CPI agora começa a ir fundo, para desvendar. Nós estamos em meio ao trabalho de apuração, mas o próprio prefeito Celso Pitta, nestes últimos dias, pela primeira vez, confessou que está desconcertado, porque as pessoas mais próximas dele, por enquanto em número de quatro já descobertas, estariam agindo em conluio com essas instituições financeiras e fazendo operações que visavam o seu enriquecimento pessoal, antes do que a defesa do interesse público. Ele vai ter de ex-

plicar isso. E o que nós vamos apurar, e vamos nos dedicar à apuração, é em que medida os milhões de dólares que foram arrecadados por este grupo de pessoas e instituições financeiras, em que medida foram ou não canalizados para pagamento de despesas eleitorais pelos diversos governos municipais e estaduais envolvidos nessas operações. Eu até neste ponto ainda coloco o benefício da dúvida, e eles têm o direito de se defender, inclusive o prefeito Celso Pitta, mas que os indícios hoje são muito fortes de que tais recursos podem ter sido utilizados para financiar a campanha eleitoral, isto já é certo.

ptnotícias: Quer dizer, então surge mais um problema grave. Além da gravidade da utilização de recursos para outras finalidades que não a que a lei manda e haver pessoas ganhando dinheiro com a corretagem, ainda tem-se essa suspeita de que possa haver a canalização para campanhas políticas? Então são três problemas que esta CPI está conseguindo levantar?

Suplicy: Pelo menos esses três. Começam a surgir outros e outros, inclusive a descoberta de como se procedia a lavagem de dinheiro, de como certos operadores no mercado realizam as denominadas operações de esquentar-esfria dinheiro, para pagar menos imposto de

renda do que o devido, e assim por diante.

ptnotícias: Isso reforça aquela ideia do Partido dos Trabalhadores de fazer uma CPI do sistema financeiro como um todo?

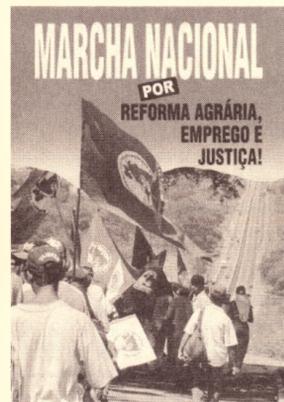
Suplicy: Sem dúvida, porque o que nós estamos descobrindo é que inúmeras instituições financeiras praticaram atos lesivos ao interesse público e muitas vezes com uma fiscalização pífia por parte de quem deveria estar impedindo a realização de operações desonestas.

ptnotícias: Isso arranha a imagem do Senado?

Suplicy: Essa CPI tem que tomar providências com respeito a como o Banco Central tem que fiscalizar com muito mais rigor e o próprio Senado Federal tem que ter muito mais rigor na hora de apreciar e aprovar autorizações de emissão de títulos.



Todo apoio à Marcha dos Sem Terra



No dia 20, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, foi lançado manifesto de apoio à Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, iniciada pelo MST (Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra) no dia 17 de fevereiro. O manifesto será entregue aos participantes da Marcha no dia de sua chegada a Brasília, em 17 de abril. Diversos políticos, artistas, intelectuais e trabalhadores de várias outras áreas já subscreveram o documento. Porém, ainda é possível aderir e tornar esse manifesto em retrato da indignação da sociedade brasileira com a crítica situação agrária no Brasil. Quem quiser manifestar seu apoio à luta dos sem-terra, entre em contato com a Secretaria Agrária Nacional do PT, pelo telefone (011) 224-1970, ou envie um fax para o número (011) 222-9665, aos cuidados de Roseli ou Edilene. As adesões também podem ser enviadas via Internet, pelo e-mail ptsanssn@nutecnet.com.br.

CUT organiza conferência nacional



A CUT, junto com diversas outras entidades, entre elas Abong, CMP, Contag, MST, CNBB, OAB, ABI e UNE, e partidos, como o PT, PC do B, PPS, PSTU, PDT e PSB, está organizando a Conferência Nacional Em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania. O evento é fruto das resoluções da 8ª Plenária da CUT e se propõe a dar início à construção de um plano de lutas para potencializar as diversas iniciativas já existentes, organizar ações mais amplas de pressão sobre o Governo Federal e a sensibilização da opinião pública. A ideia da conferência

surgiu da constatação de que é preciso estabelecer amplas alianças estratégicas com outros setores do movimento sindical e social para enfrentar a situação de profunda desigualdade e de crescente exclusão social dos setores mais pobres da população. Ao final do encontro, a expectativa é se chegar a um projeto comum de luta pela reforma agrária, por mais e melhores empregos e contra o autoritarismo do Governo FHC. A Conferência será realizada entre os dias 2 e 4 de abril, em Brasília (DF). **Informações: tel. (011) 242-9411, ramal 119.**

ASSINE O SEMANÁRIO



CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

Cobrança bancária

Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexo)

Depósito bancário nominal para Partido dos

Trabalhadores, Banco do Brasil Ag. 3323-5 - Barra Funda -

SP - c/c nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____

CEP _____

Cidade _____

Estado _____

Tel _____

Filial ao PT: sim não

Rua Conselheiro Nébias, 1052

CEP 01203-002 São Paulo/SP

Fone (011) 220-2103